

27 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Temer sanciona reajuste para magistrados e Fux revoga auxílio-moradia

Suspensão do benefício de R\$ 4.377 só vai ocorrer quando o reajuste de 16,38% chegar aos contracheques dos juizes e membros do Ministério Público

Reynaldo Turolo Jr. e
Gustavo Uribe
Folhapress

Brasília - O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), revogou nesta segunda-feira (26) decisões liminares de 2014 nas quais havia concedido auxílio-moradia de R\$ 4.377 a todos os membros da magistratura. Relator de uma série de ações que discutem no STF o pagamento do auxílio-moradia, Fux afirmou em sua nova decisão que é preciso levar em conta as dificuldades financeiras do Estado diante do reajuste para ministros do STF (e, conseqüentemente, para a magistratura como um todo) que foi aprovado no Senado no último dia 7.

“No contexto atual, surge um fato novo de amazônica repercussão. O impacto orçamentário do projeto de lei de revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal aprovado pelo Congresso Nacional e recentemente sancionado pelo Presidente da República não pode ser

desprezado e merece uma análise detida, na medida em que a nova lei repercute intensa e diretamente nos recursos públicos destinados ao pagamento de despesas com pessoal”, escreveu Fux.

O ministro determinou que a suspensão só ocorra quando o reajuste efetivamente chegar aos contracheques da magistratura e que os juizes e membros do Ministério Público que receberam o auxílio-moradia nos últimos quatro anos não tenham que fazer qualquer ressarcimento.

A extinção do auxílio-moradia foi parte de um acordo firmado entre o presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, e o presidente da República, Michel Temer. Ficou acertado que, em troca do reajuste salarial de 16,38%, o tribunal reveria o auxílio-moradia.

Fux já havia declarado que faria a mudança em troca do reajuste, e optou por revogar o auxílio em decisão monocrática (individual), em vez de levar os processos que tra-

tam do tema para deliberação do plenário do STF, composto por 11 ministros.

Para derrubar um benefício concedido anteriormente por ele próprio, Fux destacou o pragmatismo de sua decisão. Segundo o ministro, o direito não é um fim em si mesmo e “as decisões judiciais devem ser avaliadas relativamente à sua potencialidade de resolver e pacificar conflitos reais”.

Além disso, “o exercício da jurisdição é contextual”, e as circunstâncias políticas, sociais e econômicas repercutem “diretamente no modo como o juiz traduz os conflitos do plano prático para o plano jurídico, e vice-versa”.

Para Fux, o equilíbrio e a ordem nas contas estatais são imprescindíveis para assegurar a continuidade de serviços públicos dignos a gerações futuras, além ser necessário ao Estado obedecer aos princípios da eficiência e da economicidade.

CONTINUA

27 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Trata-se de medida inevitável, mas absolutamente razoável e proporcional no presente contexto, convolvando sensata resposta normativa e institucional às demandas de uma excepcional conjuntura que, por seu decisivo ingrediente fiscal, impede o recebimento do auxílio-moradia pelos referidos servidores”, escreveu.

Pela decisão, deixarão de receber o auxílio-moradia “membros da Magistratura, Ministério Público, Defensorias Públicas, Tribunais de Contas, Procuradorias e demais carreiras jurídicas de todos os entes da federação”, mesmo que existam normas estaduais que autorizem tal pagamento.

REAJUSTE

O presidente Michel Temer sancionou nesta segunda-feira (26) o projeto de lei que reajusta em 16,38% o salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). A medida deve ser publicada na edição desta terça-feira (27) do “Diário Oficial da União”.

O impacto calculado por técnicos do Senado e da Câmara é de cerca de R\$ 4 bilhões por ano.

Na sexta-feira (23), a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) peticionou a Fux para que ele não revogue o auxílio-moradia de um modo que cause perdas nos vencimentos dos magistrados, justamente porque o benefício pago hoje não é tributável.

“Não parece razoável que a concessão da Revisão Geral Anual dos subsídios venha a impor uma redução do valor nominal ou real da remuneração atualmente recebida pelos magistrados”, argumentou a entidade da categoria.

27 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Juiz condena chefe do escritório do Mapa

em Londrina

Penal é de 32 anos de prisão pelos crimes de corrupção e organização criminosa

Ricardo Brandt,
Julia Affonso e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Marcos Josegredi da Silva, da Operação Carne Fraca, condenou nesta segunda-feira (26) o fiscal federal agropecuário Juarez José de Santana, chefe da unidade técnica do Ministério da Agricultura em Londrina (PR), a 32 anos de prisão. Foram condenados por corrupção e organização criminosa ainda outros dez acusados, entre eles o delator Daniel Gonçalves Filho, ex-fiscal que confessou os crimes de corrupção e fraudes. Essa é a quarta sentença dos processos da Carne Fraca. Ao todo, 20 pessoas foram condenadas pelo juiz da 14ª Vara Federal de Curitiba.

O fiscal, que chefiava a Unidade Técnica Regional de Agricultura de Londrina, foi condenado como líder de uma organização criminosa, que fraudava as fiscalizações do órgão em troca de propinas. O juiz condenou Santana por 11 crimes: nove crimes de corrupção, advocacia administrativa e organização criminosa.

Segundo a acusação do Ministério Público Federal, ele

coordenava o "recebimento de vantagens indevidas, notadamente dinheiro e alimentos, e, também, ocupava-se em atender pedidos de assinaturas de certificados sanitários, isto sem se preocupar em fiscalizar a regularidade dos produtos".

Santana foi preso preventivamente pela Carne Fraca, deflagrada em março de 2017, e que descobriu um esquema de corrupção na SFA (Superintendência Federal de Agricultura) no Estado do Paraná do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em junho deste ano o ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), mandou soltar o condenado.

Santana é apontado como líder do esquema criminoso instalado em Londrina, coordenando a atividade de cobrança e recolhimento de propina atuando como braço da organização no interior do Estado e integrando "o grupo mais influente e que compõe a espinha dorsal da organização criminosa".

Ainda de acordo com as investigações, Santana teria atuado reiteradamente, por muitos anos, no âmbito do Ministério da Agricultura no Paraná, permitindo a liberação de alimentos sem qual-

quer fiscalização e possibilitando a inserção no mercado de produtos impróprios ao consumo humano, colocando em risco a saúde dos consumidores.

Na sentença, o juiz da 14ª Vara Federal de Curitiba determina que os envolvidos ligados a cargos no Ministério da Agricultura sejam punidos ao perdimento do cargo, assim que o caso estiver transitado em julgado.

Santana e os demais condenados ainda terão de ressarcir os cofres públicos. "Juarez José de Santana deverá desembolsar à União a título de ressarcimento de danos o equivalente 4.085 salários mínimos, vigentes à época do último fato delitivo, acrescidos de juros e correção monetária."

A sentença desta segunda é a quarta da Carne Fraca. Ao todo, seis processos penais foram abertos na 4ª Vara Federal em Curitiba.

DEFESA

O advogado de Santana nega todas as acusações. "A defesa considera absurda a condenação dos auditores, contrariando totalmente o conteúdo probatório da instrução processual. Assim que intimada da decisão recorrerá", diz o advogado Anderson Mariano.

27 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO



COM A NOVA DIREÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O juiz aposentado Luiz Carlos Bellinetti, que formou-se pela Faculdade Estadual de Direito de Londrina, e foi professor da Escola de Magistratura do Paraná, esteve com seus grandes amigos, o juiz Ricardo Macedo, o desembargador Sérgio Rolansk, o novo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, conhecido pelos amigos como "Bacana", o serventuário Edson Bruognoli, o juiz Bellinetti, o corregedor geral de Justiça do Paraná, desembargador Augusto Aniceto, o serventuário Wilson Fugiwara, e o presidente do Tribunal, desembargador Adalberto Xisto Pereira, durante evento no TJ do Paraná.

O primeiro vice, desembargador Wellington Emanuel, formou-se em direito pela UEL em Londrina e depois cursou a Escola de Magistratura onde Bellinetti foi professor. Hoje, advogados e juizes comentam que este trio fará um excelente trabalho à frente do Tribunal de Justiça do Paraná: o presidente desembargador Adalberto Xisto Pereira, o primeiro vice-presidente, desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, e o desembargador Augusto Aniceto, que é o novo corregedor geral do TJPR.

27 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Cristiana Brittes deve ser denunciada por homicídio

Rafael Costa
Reportagem Local

Curitiba - Esposa do assassino confesso do jogador Daniel Freitas, Cristiana Brittes também deverá ser denunciada por homicídio pelo MPPR (Ministério Público do Paraná). A previsão é que a denúncia seja apresentada nesta terça-feira (27). No relatório do inquérito policial, ela foi indiciada apenas por coação de testemunhas e fraude processual, porque teria ajudado a limpar a cena do crime.

No entendimento do promotor de Justiça João Milton Salles, contudo, Cristiana foi determinante para o crime, conforme ele declarou ao programa "Fantástico", da Rede Globo, em reportagem veiculada no último domingo (25).

Salles sugeriu que a conduta de Cristiana levou Daniel a "acreditar que poderia fazer aquelas brincadeiras que estava fazendo". Quando as agressões começaram, ao invés de tentar evitar o crime, ela teria determinado que o jogador fosse retirado da casa para que a execução fosse concluída.

Em nota, a defesa de Cristiana Brittes repudiou as declarações do promotor à reportagem. "É estarrecedor o argumento de que se-

ria ela a causadora dos crimes de importunação sexual e tentativa de estupro dos quais foi vítima, enquanto dormia em seu quarto. A defesa tem convicção que mulher alguma pode ser responsável por ser vítima da própria violência sexual sofrida. Roupas, maquiagem, maneira de ser ou agir não são justificativas para que predadores sexuais ataquem mulheres em nossa sociedade. A defesa técnica de Cristiana Rodrigues Brittes lamenta as infelizes declarações do promotor de Justiça e reitera à sociedade que a mulher jamais será culpada por ser vítima de agressões físicas, emocionais ou sexuais", diz a nota.

Preso no dia 15 por suspeita de envolvimento no assassinato do jogador Daniel Freitas, Eduardo Purkote teve a prisão temporária revogada pela Justiça e deixou a carceragem da delegacia de São José dos Pinhais na tarde desta segunda-feira (26). A defesa de Purkote espera que ele não chegue a ser denunciado pelo MPPR. Ele passaria a ser considerado apenas mais uma testemunha.

Purkote foi inicialmente ouvido nesta condição, mas acabou tendo a prisão temporária pedida pela polícia após ser acusado de participar das agressões. Ao en-

cerrar o inquérito, o delegado responsável pelo caso, Amadeu Trevisan, disse que a investigação não esclareceu a participação de Purkote no dia do assassinato. "Os depoimentos ora colocam ele em cena, ora tiram", disse o delegado, na última quarta-feira (21).

O advogado de Purkote, Ricardo Dewes, disse que houve tentativa de incriminar seu cliente. "Foi uma represália por ele ter contado a versão verdadeira dos fatos e não a mentira que eles estavam querendo contar", disse Dewes à FOLHA, por telefone. Segundo o advogado, Purkote foi uma das testemunhas que sofreram ameaças. "Ele teme por sua vida", disse.

27 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Lula é denunciado por lavagem de R\$ 1 milhão

Julia Affonso,
Fausto Macedo e
Ricardo Brandt
Agência Estado

São Paulo - A força-tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por lavagem de dinheiro. A acusação formal levada à Justiça Federal aponta que, "usufruindo de seu prestígio internacional, Lula influenciou em decisões do presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, que resultaram na ampliação dos negócios do grupo brasileiro ARG no país africano".

De acordo com a Procuradoria da República, em troca, o ex-presidente recebeu R\$ 1 milhão dissimulado na forma de uma doação da empresa ao Instituto Lula.

Para o Ministério Público Federal, não se trata de doação, mas de pagamento de vantagem a Lula em virtude do ex-presidente do Brasil ter influenciado o presidente de outro país no exercício de sua função. Como a doação feita pela ARG seria um pagamento, o registro do valor como uma doação é ideologicamente falso e trata-se apenas de uma dissimulação da origem do dinheiro ilícito - e, portanto, configuraria crime de lavagem de dinheiro

Esta é a primeira denúncia da Lava Jato São Paulo contra

o ex-presidente. No Paraná, base e origem da operação, a força-tarefa da Procuradoria já levou o petista três vezes para o banco dos réus - em um processo, Lula já foi condenado a 12 anos e um mês de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso triplex.

Além de Lula, o Ministério Público Federal denunciou o controlador do grupo ARG, Rodolfo Giannetti Geo, pelos crimes de tráfico de influência em transação comercial internacional e lavagem de dinheiro.

Os fatos teriam ocorrido entre setembro de 2011 e junho de 2012, quando o petista já não era presidente. Como Lula já tem mais de 70 anos, o crime de tráfico de influência prescreveu para ele, mas não para o empresário.

A Lava Jato afirma que a transação que teria levado ao pagamento de R\$ 1 milhão destinado ao Instituto Lula começou entre setembro e outubro de 2011. A Procuradoria relata que Rodolfo Giannetti Geo procurou Lula e solicitou ao ex-presidente que interviesse junto ao mandatário da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, para que o governo daquele país continuasse realizando operações comerciais com o Grupo ARG, especialmente na construção de rodovias.

"As provas do crime denun-

ciado pelo Ministério Público Federal foram encontradas nos e-mails do Instituto Lula, apreendidos em busca e apreensão realizada no Instituto Lula em março de 2016 na Operação Aletheia, 24ª fase da Operação Lava Jato de Curitiba", informou a Lava Jato.

DEFESA

Em nota divulgada nesta segunda-feira, o advogado Cristiano Zanin Martins, que conduz a defesa do ex-presidente Lula, afirmou que a denúncia do Ministério Público Federal representa "mais um duro golpe no Estado de Direito". "(A denúncia) subverte a lei e os fatos para fabricar uma acusação e dar continuidade a uma perseguição política sem precedentes pela via judicial. É mais um capítulo do 'lawfare' que vem sendo imposto a Lula desde 2016", escreveu o advogado. Ainda de acordo com a nota distribuída ontem, a acusação teria sido construída "com base na retórica" - sem apoio "em qualquer conduta específica praticada" por Lula.

Zanin acrescentou que se pretendeu "de forma absurda e injurídica transformar uma doação recebida de uma empresa privada pelo Instituto Lula, devidamente contabilizada e declarada às autoridades, em tráfico internacional de influência e lavagem de dinheiro".

BEMPARANÁ 27 NOV 2018

Brasil tem 80,1 milhões de processos aguardando

Caso mais antigo do país deve ser julgado hoje pelo STJ e remonta ao período pós Império

Rodolfo Luis Kowalski

Aquele que é provavelmente o processo mais antigo em tramitação na Justiça brasileira pode estar perto de ter, finalmente, um desfecho. Impetrado em 1895 pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II e famosa por ter assinado a Lei Áurea, a ação, que envolve uma disputa pela posse e propriedade do Palácio Isabel (mais tarde rebatizado de Palácio Guanabara, atual sede do governo do Estado do Rio de Janeiro), deve ser julgada hoje pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O curioso e histórico caso, contudo, é só mais um na enorme fila de processos aguardando uma decisão do Poder Judiciário. Segundo informações do relatório Justiça em Números de 2018, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem atualmente 80,1 milhões de processos em todo o país aguardando por julgamento. Só no Paraná (considerando o Tribunal de Justiça do Estado, o TJPR) são 2,87 milhões de ações na fila.

De acordo com o advogado Francisco Monteiro Rocha Júnior, doutor em Direito pela UFPR e sócio do escritório Monteiro Rocha Advogados, essa montanha de processos aguardando julgamento se explica pelo excesso de judicialização de nossas vidas.

“As pessoas acham mais fácil entrar com um processo do que entrar com um acordo para resolver o problema. No âmbito privado, o Direito Civil, não temos muito forte a conciliação, mas a resolução através de ações judiciais”, explica o especialista. “No Direito Público, temos outro tipo de explicação, que é a excessiva regulamentação das coisas. É um papel muito grande que vem sendo desempenhado pelo Direito, e isso redundou nesse número gigantesco.”

Francisco Monteiro explica ainda que, de uma maneira geral, existem dois grandes sistemas recursais no Brasil (do processo penal e do processo civil) que seguem uma mesma lógica: depois da sentença de 1º grau, cabe apelação numa discussão ampla, que envolve questões de fato, de direito e de prova. Depois, com tra essa decisão, cabe dois tipos de recurso: recurso especial, para o STJ (que discute a forma como uma lei foi interpretada) e recurso extraordinário, para o STF (que aborda a interpretação da Constituição).

Essa limitação, contudo, não tem significado uma rápida tramitação das ações, como aponta o advogado. “Não penso em nenhum tipo de contrato sem levar esse patamar mínimo de 8, 10 anos de trabalho. Pode levar menos tempo, mas 10 anos é um prazo bem razoável para pensar quanto cobro do cliente pelo tanto de trabalho que terei”.

Entenda sobre o caso do Palácio Guanabara

A ação em pauta foi impetrada em 1895 pela Princesa Isabel contra a União e discute a posse e propriedade do Palácio Guanabara, sede do governo estadual do Rio. Hoje, os herdeiros da família imperial não querem mais o Palácio de volta, mas uma indenização por seus antepassados terem sido expulsos de lá.

Quando se casou com Conde d’Eu, a filha de Dom Pedro II assinou um acordo no qual recebeu 300 contos de réis do governo brasileiro. Com o dinheiro, comprou, entre 1865 e 1869, imóveis diversos situados

na então Rua da Guanabara.

Quando foi proclamada a República, porém, um decreto incorporou à União todos os bens que constituíam o dote ou patrimônio concedidos por atos do extinto regime à ex-princesa imperial. Em 1895, então, a princesa entrou com ação na Justiça para reaver o patrimônio. A causa foi perdida, chegou a ser considerada prescrita, mas em 1979 o extinto Tribunal Federal de Recursos reconheceu a ausência de prescrição, reabrindo os processos, que tramitam até agora.

27 NOV 2018

BEMPARANÁ

Temer sanciona aumento para ministros do Supremo

No mesmo dia, Fux revoga liminares que garantiam auxílio-moradia a juízes

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou ontem decisões liminares de 2014 nas quais havia concedido auxílio-moradia a todos os membros da magistratura. A decisão ocorreu no mesmo dia em que o presidente Michel Temer (MDB) sancionou o aumento de 16,38% nos salários dos ministros do STF, que serão elevados dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. Os salários dos ministros do Supremo servem de base para a definição do teto do funcionalismo público. Relator de uma série de ações que discutem no STF o pagamento do auxílio-moradia (de valor de R\$ 4.377 mensais), Fux afirmou em sua nova decisão que é preciso levar em conta as dificuldades financeiras do Estado diante do reajuste para ministros do STF (e, conseqüentemente, para a magistratura como um todo) que foi aprovado no Senado no último dia 7. “No contexto atual, surge



Fux e Temer: “ação casada” entre STF e Planalto

um fato novo de amazônica repercussão. O impacto orçamentário do projeto de lei de revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal aprovado pelo Congresso Nacional e recentemente sancionado pelo Presidente da República não pode ser desprezado e merece uma análise detida, na medida em que a nova lei repercute intensa e diretamente nos recursos públicos destinados ao pagamento de despesas com pessoal”, escreveu Fux. O ministro determinou que a suspensão só ocorra

quando o reajuste efetivamente chegar aos contracheques da magistratura e que os juízes e membros do Ministério Público que receberam o auxílio-moradia nos últimos quatro anos não tenham que fazer qualquer ressarcimento.

Condição - O fim do auxílio-moradia era uma das condições estabelecidas por Temer para autorizar o aumento. A elevação deverá gerar aumento também para os juízes estaduais e elevar o teto nos demais Poderes (Executivo e Legislativo). O impacto cal-

culado por técnicos do Senado e da Câmara é de cerca de R\$ 4 bilhões por ano. Na sexta-feira, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) peticionou a Fux para que ele não revogue o auxílio-moradia de um modo que cause perdas nos vencimentos dos magistrados, justamente porque o benefício pago hoje não é tributável. “Não parece razoável que a concessão da Revisão Geral Anual dos subsídios (o reajuste salarial) venha a impor uma redução do valor nominal ou real da remuneração atualmente recebida pelos magistrados”, argumentou a entidade da categoria.

Temer tinha até esta semana para sancionar ou vetar o aumento. Embora o Supremo tenha recursos no próprio orçamento para pagar o reajuste, o aumento causou preocupação no governo federal e na equipe do próximo presidente, Jair Bolsonaro, que temiam o impacto nas contas públicas.

27 NOV 2018

#CARNEFRACA

BEMPARANÁ

Justiça condena onze por esquema

A Justiça Federal condenou, ontem, onze pessoas acusadas de envolvimento no esquema de cobrança de propina e fraude na Superintendência do Ministério da Agricultura no Paraná (Mapa) investigado na operação Carne Fraca. Entre os condenados estão o ex-superintendente do ministério no Estado, Daniel Gonçalves Filho, delator do caso, o chefe da unidade técnica regional de agricultura do órgão em Londrina, Juarez José Santana, o ex-auditor agropecuário Gér-

sio Luiz Bonesi; o ex-agente administrativo do Mapa, Sidiomar de Sampos; o sócio de uma empresa de alimentos de Londrina, João Roberto Welter.

O processo envolve o núcleo do esquema em Londrina que, segundo o Ministério Público Federal, operava fraudando a fiscalização de alimentos em empresas da região em troca de propina. Os réus foram condenados por crimes como organização criminosa, corrupção passiva e prevaricação, advocacia

administrativa, corrupção ativa e concussão.

A sentença do juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, também determinou a reparação de danos causados pelas infrações pelos réus. Juarez José Santana foi condenado ao pagamento de valor equivalente a 4.085 salários mínimos. Daniel Gonçalves Filho, delator e ex-superintendente do Mapa no Estado a ressarcir 1.218 salários mínimos à época dos fatos, também corrigidos.

Em setembro do ano passado, a Justiça já havia condenado seis investigados na Operação Carne Fraca. Na ocasião, foram condenados, por corrupção passiva, os fiscais agropecuários Maria do Rocio Nascimento, Dinis Lourenço da Silva e Welman Paixão Silva Oliveira; o ex-superintendente do Ministério da Agricultura, Francisco Carlos de Assis; o advogado José Antônio Diana Mapelli e o ex-gerente de Relações Institucionais da BRF Roney Nogueira dos Santos.

#REVOGADO

Justiça solta um dos suspeitos de envolvimento no caso Daniel

A Justiça do Paraná revogou a prisão de Eduardo Purkote Chiuratto, um dos sete suspeitos de envolvimento no caso da morte do jogador Daniel Correa de Freitas. Ele deixou a prisão na tarde de ontem, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Ele estava preso desde o dia 15 e em princípio havia sido indiciado por lesão corporal grave em inquérito entregue pelo delegado Amadeu Trevisan, na semana passada.

A defesa de Purkote afirma que não há comprovação da participação dele nas agressões contra o jogador de futebol no dia do crime e também que ele falou sempre a verdade nos seus depoimentos.

Os outros seis suspeitos, entre eles o assassino confesso Edison Brittes, a mulher

dele, Cristiana, e a filha, Allana, continuam presos. De acordo com informações do inquérito policial, Purkote é suspeito de ter quebrado o celular do jogador, arrombado a porta do quarto de Cristiana e de agredir o jogador. Ontem, a promotoria de Justiça pediu a conversão da prisão temporária pela preventiva.

Novidade

O Ministério Público deve oferecer denúncia sobre o caso nesta semana. Segundo informações do promotor, João Nilton Salles, em entrevista ao programa de TV Fantástico, exibida no domingo, Cristiana Brittes será denunciada por homicídio junto de Edison Brittes Júnior, Eduardo da Silva, Ygor King e Willian David da Silva.

27 NOV 2018

BEMPARANÁ

Moro critica projeto que muda lei penal

O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, se manifestou a favor de que o Congresso não aprecie um projeto de lei que, segundo ele, pode ser ruim para o combate à corrupção no País. Moro afirmou que já externou a posição ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e falou confiar na “sensibilidade” dos parlamentares.

O projeto trata de mudanças na Lei de Execução Penal e do Código Penal para aliviar a superlotação nos presídios. Na visão de Moro, embora haja pontos positivos, há problemas que tornam necessário deixar a discussão do projeto para o próximo ano, com a assunção do novo governo e dos parlamentares eleitos. Ele tem preocupação especial com a progressão de pena para alguns condenados em caso de superlotação dos presídios.

“Isso pode colocar em liberdade criminosos da mais variada espécie. Eu não penso que se resolve problema de criminalidade simplesmente soltando criminosos”, disse Moro.

Lava Jato denuncia Lula por lavagem

A força-tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por lavagem de dinheiro. A acusação formal levada à Justiça Federal aponta que, “usufruindo de seu prestígio internacional, Lula influiu em decisões do presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, que resultaram na ampliação dos negócios do grupo brasileiro ARG no país africano”. De acordo com a Procuradoria da República, em troca, o ex-presidente recebeu R\$ 1 milhão dissimulado na forma de uma doação da empresa ao Instituto Lula.

Para o Ministério Público Federal, não se trata de doação, mas de pagamento de vantagem a Lula em virtude do ex-presidente ter influenciado o presidente de outro país no exercício de sua função. Como a doação feita pela ARG seria um pagamento, o registro do valor como uma doação é ideologicamente falso e trata-se apenas de uma dissimulação da origem do dinheiro ilícito.

27 NOV 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estado firma convênio com entidade para ressocializar presos

A governadora Cida Borghetti assinou ontem, no Palácio Iguçu, convênio que prevê repasse de recursos mensais para a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), de Ivaiporã (Norte), para que a entidade, que atua em parceria com o Estado e conta com a parceria do Tribunal de Justiça, possa dar início as atividades de ressocialização de presos do município. Com recurso de R\$716 mil, previsto para um ano, será possível transferir inicialmente 42 presos em regime fechado, que estão em delegacia à unidade. O secretário de Segurança pública, Júlio Reis; o deputado federal Ricardo Barros eo deputado estadual Alexandre Curi participaram do encontro.

A APAC é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que se dedica à recuperação e reintegração social dos condenados. Além desse repasse para custeio da unidade, está em trâmite no Paraná

um recurso no valor de R\$ 265 mil para ampliação da APAC, que possibilitará a abertura de mais 62 vagas em regime semiaberto.

A governadora destacou a importância do trabalho feito pelas APACs para a ressocialização de presos. "É importante essa parceria para a execução desse modelo, que tem se mostrado bem-sucedido. Uma iniciativa que vem ao encontro do pensamento do Estado, que preza pela humanização do sistema penitenciário e a ressociação dos detentos", disse Cida.

MARCO ASSEF

Pena de Carli Filho será avaliada no TJ

A defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho tenta reduzir a pena de seu cliente para evitar que ele cumpra a pena em regime fechado. Na próxima quinta-feira, dia 29, os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná vão analisar os recursos da defesa, que pede redução da pena de 9 para 7 anos de prisão e da acusação, que pede aumento de pena de 9 para 14 anos de prisão em regime fechado. Se a pena for reduzida, Carli Filho pode passar o dia em liberdade, apenas dormindo num estabelecimento prisional. Se a pena for aumentada ou mantida, o ex-deputado seria preso em regime fechado. Carli Filho foi condenado por júri popular em fevereiro. Ele foi responsabilizado pelas mortes de Carlos Murilo de Almeida e Gilmar Rafael Yared em uma colisão de trânsito em 2009.

27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Temer sanciona aumento para STF, e Fux derruba auxílio-moradia de juizes

Ministro diz que impacto orçamentário 'merece análise detida'; efeito cascata é de R\$ 4 bilhão ano

Gustavo Uribe
e Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA O presidente Michel Temer sancionou nesta segunda-feira (26) o projeto de lei que reajusta em 16,38% o salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

A informação foi confirmada pela Casa Civil e a medida deve ser publicada na edição desta terça-feira (27) do Diário Oficial da União.

O presidente concedeu o aumento no mesmo dia em que o ministro Luiz Fux, do STF, revogou decisões liminares concedendo auxílio-moradia a membros da magistratura.

Com a sanção, o salário de ministro do Supremo passará dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil.

A medida deve gerar um efeito cascata, cujo impacto calculado por técnicos do Senado e da Câmara é de cerca de R\$ 4 bilhões por ano.

O aumento foi aprovado no Senado no último dia 7. No mesmo dia, horas antes da votação, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), disse que o momento não era apropriado para o reajuste.

Em agosto, o presidente do STF, Dias Toffoli, fez um acordo com o Temer para que fosse concedido o reajuste salarial aos ministros. Em troca, o Supremo ficou de rever o auxílio-moradia de R\$ 4.377.

Ele é pago indiscrimina-

damente a todos os juizes e membros do Ministério Público, mesmo àqueles que têm casa própria na cidade onde trabalham.

Relator de uma série de ações que discutem no STF o pagamento do auxílio-moradia, Fux afirmou em sua decisão que é preciso levar em conta as dificuldades financeiras do Estado diante do reajuste para ministros do STF (e, conseqüentemente, para a magistratura como um todo).

"No contexto atual, surge um fato novo de amazônica repercussão", escreveu Fux.

"O impacto orçamentário do projeto de lei de revisão do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal aprovado pelo Congresso Nacional e recentemente sancionado pelo presidente da República não pode ser desprezado e merece uma análise detida, na medida em que a nova lei repercute intensa e diretamente nos recursos públicos destinados ao pagamento de despesas com pessoal", escreveu Fux.

O ministro determinou que a suspensão só ocorra quando o reajuste efetivamente chegar aos contracheques da magistratura e que os juizes e membros do Ministério Público que receberam o auxílio-moradia nos últimos quatro anos não tenham de fazer qualquer ressarcimento aos cofres públicos.

Fux já havia declarado que faria a mudança em troca do reajuste, e optou por revogar o auxílio em decisão monocrática (individual), em vez de levar os processos que tratam do tema para deliberação do plenário do STF, composto por 11 ministros.

Para derrubar um benefício concedido anteriormente por ele próprio, Fux destacou o pragmatismo de sua decisão.

Segundo o ministro, o direito não é um fim em si mesmo e "as decisões judiciais devem ser avaliadas relativamente à sua potencialidade de resolver e pacificar conflitos reais".

Na semana retrasada, Toffoli e Fux se reuniram com Temer para apresentar dados que, no entendimento dos ministros, mostram que o reajuste salarial não vai aumentar os gastos do Poder Judiciário.

Segundo os magistrados, os tribunais preveem remanejar internamente seus recursos para fazer frente ao aumento, tirando de outras rubricas.

Pela decisão, deixarão de receber o auxílio-moradia "membros da Magistratura, Ministério Público, Defensorias Públicas, Tribunais de Contas, Procuradorias e demais carreiras jurídicas de todos os entes da Federação", mesmo que existam normas estaduais que autorizem tal pagamento.

CONTINUA

27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Quem ganhava o auxílio-moradia antes das liminares de Fux de 2014 continuarão recebendo o benefício.

O eventual pagamento fora dos termos da decisão, conforme determinação do ministro, caracterizará improbidade administrativa do gestor do órgão que o efetivar.

27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

STJ remarca julgamento sobre família imperial

SÃO PAULO O ministro Antonio Carlos Ferreira, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), remarcou para o próximo dia 6 o julgamento do processo em que herdeiros da família Orleans e Bragança reivindicam a devolução do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro.

Os recursos que tratam do caso seriam examinados nesta terça-feira (27), pela Quarta Turma da corte, mas a análise pelos juízes foi adiada a pedido dos herdeiros da família imperial.

A ação é considerada a mais antiga do Judiciário do país e tramita desde 1895. Herdeiros da princesa Isabel e do seu marido, Conde d'Eu, argumentam que o governo brasileiro não indenizou a família pela tomada do palácio, após a Proclamação da República, em 1889.

O caso já tramitou em diversas instâncias e chegou a ser considerado encerrado nos anos 1960.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já negou apelações dos herdeiros por entender que o palácio, hoje sede do governo do Rio, ficou definitivamente incorporado ao patrimônio da União.

Agora, serão julgados recursos contra o acórdão da corte estadual.

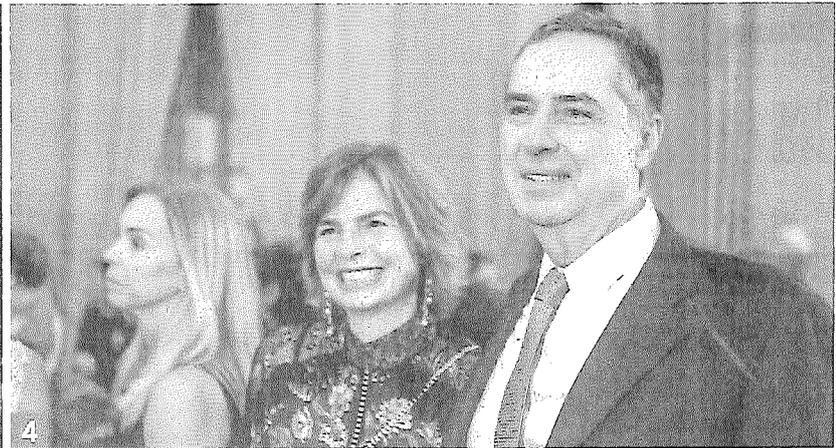
Os herdeiros pleiteiam a devolução do imóvel e que ele seja considerado parte do espólio da família imperial. Eles também questionam o que consideram um confisco da propriedade.

Se a Justiça considerar que a restituição é impossível, os descendentes da família imperial querem então uma compensação em valores atuais.

27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO



NOITE ILUSTRE

O ex-juiz Sergio Moro, a advogada Rosângela Moro , o presidente do Conselho Editorial do Grupo Globo, João Roberto Marinho, e sua mulher, Gisela , e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso  foram à posse do jurista e educador Joaquim Falcão  na Academia Brasileira de Letras, na sexta (23), no Rio. O ministro do STF Luís Roberto Barroso e sua mulher, Tereza , o também ministro do STF Alexandre de Moraes e a advogada Viviane Barci de Moraes  compareceram.

Fotos Raquel Cunha/Folhapress



27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro critica projeto de lei que altera execução penal

BRASÍLIA O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, criticou nesta segunda-feira (26) um projeto de lei que altera regras da execução penal no Brasil.

Ele afirmou que o texto que está na Câmara dos Deputados não representa a mensagem dada pela população nas urnas em outubro.

Como mostrou a Folha nesta segunda, um grupo de parlamentares de partidos envolvidos nas investigações da Lava Jato pressiona o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a colocar em votação nas próximas semanas projeto que altera as regras de execução penal no Brasil, afrouxando a punição a diversos crimes, incluindo os de colarinho branco.

“O projeto pode colocar em liberdade criminosos das mais variedades espécies. Não se resolve o problema da criminalidade simplesmente soltando criminosos. Assim, a sociedade fica refém desta atividade. Não me parece que a mensagem dada pela população brasileira nas eleições não tenha sido exatamente essa”, afirmou o escolhido por Jair Bolsonaro para a Justiça.

Moro disse ter ligado para Maia para pedir que o projeto não fosse levado para aprovação. O futuro ministro afirmou que o projeto prejudicará o combate à corrupção.

“É uma política de flexibilização. Ele liberaliza o sistema penal como um todo e também afeta condenações e execução de pena em crimes de corrupção”, criticou.

Segundo Moro, se o projeto for aprovado, são necessárias ressalvas em relação ao crime de corrupção. “Assim

“

Não se resolve o problema da criminalidade simplesmente soltando criminosos.

Assim, a sociedade fica refém desta atividade. Não me parece que a mensagem dada pela população brasileira nas eleições não tenha sido exatamente essa

Sergio Moro

como nesses indutos natalinos”, disse, nesta segunda, em Brasília.

Moro ponderou que há pontos positivos, mas disse esperar contar com a sensibilidade dos parlamentares.

“Simplesmente abrir as portas das cadeias não é a melhor solução. Tem de ser enfrentado de outra maneira”, afirmou o ex-juiz da Lava Jato.

“Tenho confiança de que os parlamentares vão ter a sensibilidade de aguardar o próximo governo para uma matéria tão importante. Tive oportunidade de falar com o presidente Rodrigo Maia e externei a minha preocupação e pedi uma oportunidade para que o governo pudesse se debruçar sobre isso no ano vindouro”, completou.

Moro disse que Maia “foi muito solícito, agradável e compreendeu as solicitações”,

e ouviu que manteriam diálogo sobre o tema.

“Penso que muitas vezes no final da legislatura há uma intenção de se aprovar vários projetos que se encontram em pauta, mas penso que esse projeto em particular, devido à sua dimensão, seria importante aguardar um posicionamento do governo que foi eleito”, completou Moro, reforçando as declarações que já havia feito à Folha.

Integrantes do PP —uma das siglas mais implicadas no escândalo da Petrobras e a terceira maior bancada na Câmara—, entre outros partidos, dizem ser essa uma das condições para o apoio a Maia, que tentará a reeleição ao cargo em fevereiro.

O presidente da Câmara afirmou à reportagem que estava “estudando o assunto e ouvindo algumas pessoas antes de decidir” se colocaria para votação.

Investigado em inquérito decorrente de delação da Odebrecht, ele nega que haja colegas propondo o apoio em troca da votação.

O PL 9.054/2017, aprovado pelo Senado em 2017 e em tramitação na Câmara, altera sete leis, entre elas o Código Penal. Fruto do trabalho de uma comissão de juristas criada pelo Senado em 2012, traz alterações para tentar reduzir a superlotação do sistema carcerário e reduzir a burocracia. José Marques, Camila Mattoso e Letícia Casado

FOLHA DE S. PAULO

Moro anuncia secretaria para coordenar ações das polícias em todo o país

Letícia Casado
e José Marques

BRASÍLIA O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, anunciou nesta segunda-feira (26) a criação de uma secretaria de operações integradas para coordenar ações policiais em nível nacional.

O órgão — que será comandado por Rosalvo Franco, ex-superintendente da Polícia Federal no estado do Paraná — vai atuar no combate ao crime organizado.

A secretaria vai coordenar a atuação das polícias estaduais e federal, “respeitando autonomia dos Estados e do Distrito Federal”, disse ele.

“Resolvemos, na discussão do organograma — ainda não é uma questão totalmente fechada com todas as áreas do governo —, mas a ideia é que, dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública haja a secretaria de operações policiais integradas”, disse Moro.

“A ideia da secretaria é poder coordenar operações policiais a nível nacional. Hoje muitos grupos e atividades criminosas transcendem as fronteiras estaduais”, afirmou.

Segundo ele, o combate “já é feito de certa maneira dentro do Ministério de Segurança Pública, mas a criação de uma secretaria específica para isso é oportuno”.

Moro anunciou ainda Fabiano Bordignon como diretor do Depen (Departamento Penitenciário Nacional). Eles trabalharam juntos em Catanduvas (PR).

“Sabemos que os presídios constituem situação de problema devido à superlotação e à fragilidade de certos presídios. Não podemos generalizar porque a situação em cada presídio é diferente”, afirmou. “E sabemos que existem organizações criminosas centradas em alguns desses presídios.”

Ele disse ainda que a pasta vai discutir a necessidade de construir novos presídios e melhorar a parte estrutural dos já existentes.

Segundo Moro, a criação do novo órgão aliviaria a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), que ficaria responsável apenas pela “superestrutura”: gestão e implantação do Susp (Sistema Único de Segurança Pública).

PAINEL

A árvore e a floresta

A quase onipresença de delegados da PF na equipe que Sérgio Moro levará para o Ministério da Justiça começou a despertar preocupação em especialistas em segurança, e ciúmes entre integrantes de outras categorias do funcionalismo vinculadas à área. A avaliação do primeiro grupo é a de que o time escolhido por Moro tem experiência no combate à corrupção e ao crime organizado, mas é pouco afeito a outros temas essenciais à pasta, como políticas de redução homicídios e roubos.

27 NOV 2018

MÔNICA BERGAMO

A BOLA DA VEZ

A ex-presidente Dilma Rousseff deve ser um dos alvos preferenciais dos depoimentos ainda inéditos da delação premiada de Antonio Palocci.

TIRO Até agora, o foco dos relatos do ex-ministro da Fazenda estava voltado para Lula.

TIRO 2 De acordo com pessoas familiarizadas com as negociações entre Palocci e a Justiça, dados novos devem aumentar o cerco a Dilma, já tornada ré em uma ação que corre em Brasília.

ALERTA As informações que circulam entre investigadores e advogados preocupam integrantes do PT que acompanham o assunto de perto. Há o temor de que ela seja alvo de alguma medida cautelar mais drástica.

PRÊMIO Na quarta (28), o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) deve decidir se autoriza ou não Palocci a cumprir o restante de sua pena em casa, em regime semiaberto e sob monitoramento.

GASTE O LATIM O presidente Supremo, Dias Toffoli, vai receber a bancada do PSOL na Câmara nesta terça (27). Os deputados vão pedir que a corte mantenha na pauta de julgamentos a análise de ação que pode travar o avanço do “Escola Sem Partido” no Congresso.

27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

ROBERTO LIVIANU

Promotor de Justiça em São Paulo, doutor em direito (USP) e idealizador e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção

Quem tem medo do PL 10.044/18?

Estar contra o projeto implica aval à corrupção

O Latinobarômetro acaba de divulgar o relatório 2018, que realiza desde 1995, em que foram ouvidas 20 mil pessoas em 18 países, incluindo o Brasil — que se destaca, infelizmente, pelos números negativos.

O índice de confiança interpessoal detectado aqui é de apenas 4% (o pior dos 18 países); a fé na democracia é de apenas 34% (média dos 18 países é de 48%); por fim, na visão dos brasileiros apenas 7% dos detentores de poder utilizam-no para o bem comum, apesar do trabalho hercúleo da Operação Lava Jato, com recuperação de heroico um terço dos valores desviados — muito acima das médias mundiais.

Mas a Lava Jato não tem a força de reverter o grave quadro acima, que nos levou a cair 17 posições no índice de percepção da corrupção da Transparência Internacional, levando-nos ao vexatório 96º lugar dentre 180 países, ao passo que temos a nona economia do mundo, o que evidencia a tragédia de nossa corrupção, geradora de erosão nos pilares democráticos.

A Presidência contribuiu para es-

sa queda, ao conceder indulto Black Friday de Natal para corruptos, tentando liquidar em 2017 80% de suas penas; e a Câmara também ajudou ao não deliberar sobre a PEC 333/16, que elimina o foro privilegiado e ao barrar a reforma política, de verdade, como esperava a sociedade.

Na última semana, o Senado pau-tou o projeto de um senador ficha-suja, que pretendia amesquinhar e enfraquecer a Lei da Ficha Limpa, apesar da decisão do pleno do STF em relação à interpretação de seu campo de abrangência. A sociedade reagiu, e o projeto foi arquivado.

Leis devem ser concebidas para resolver problemas e para proteger o bem comum, como o PL 10.044/18, que deverá ser votado na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara nesta quarta-feira (28).

Este nasceu da percepção dos prejuízos causados por ilícitudes perpetradas a partir de sócios “laranjas” de empresas fictícias, constituídas por contratos frios, que, sem nenhuma fiscalização, hoje são registrados em cartórios e Juntas Comerciais. O papel aceita literalmen-

te tudo e serve como meio para fraudar e lavar dinheiro.

Segundo reportagem do jornal O Globo de 29 de abril, empresas e grupos financeiros acusados de usar técnicas de sonegação e de lavagem de dinheiro tiveram R\$ 3,1 bilhões em bens bloqueados por investigação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Receita Federal, que delineou o Mapa da Fraude — diagnóstico sobre esquemas para ocultar bens de empresas com o objetivo de escapar de dívidas com o fisco, em oito estados.

Os países com os sistemas legais mais avançados do mundo, como Alemanha, França, Itália e Espanha, em busca de segurança jurídica, tornaram obrigatório para abrir empresa o instrumento público lavrado pelo tabelião, perante o qual os sócios devem se apresentar, melhorando a fiscalização, com geração de publicidade e menos custo — propõe-se desconto de 50% para pequenas e médias empresas, que predominam no Brasil.

Posicionar-se contra o projeto equivale a se postar em favor do atraso, da burocracia, da opacidade, da corrupção e da lavagem de dinheiro e contra o bem comum, já que o projeto propõe aceleração do trâmite para abrir empresas, economicidade, modernização e transparência.

O texto estabelece, ainda, o controle efetivo nas constituições das empresas pelo MP, PF, Receita e Judiciário, já que o Colégio Notarial do Brasil criará e custeará um Órgão Central de Prevenção de Lavagem de Dinheiro (OCPLD). Com a palavra, os nobres deputados.

27 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Prefeito de Campinas vira alvo sob suspeita de desvios na merenda

SÃO PAULO. O prefeito de Campinas e coordenador da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), Jonas Donizette (PSB), foi denunciado nesta segunda-feira (26) sob suspeita de desviar R\$ 2,8 milhões da merenda na cidade.

O MPF (Ministério Público Federal) o acusa de dispensa indevida de licitação e desvio de verbas do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para terceiros.

O caso é um desdobramento da Operação Alba Branca, deflagrada em 2016 para apurar um esquema de desvio na merenda em todo estado.

Além de Jonas, 11 pessoas foram denunciadas, entre elas o ex-prefeito Pedro Serafim (PDT), servidores da prefeitura e empresários ligados às cooperativas de agricultura familiar Coaf e Coagrosol e ao banco Bradesco.

De acordo com a denúncia, o prefeito de Campinas forneceu informações privilegiadas sobre chamadas públicas em que a Coaf concorreu sozinha, em 2012 e 2013.

A Coaf apresentava documentos falsos para concorrer nas chamadas públicas, relacionando agricultores familiares que nunca tinham vendido produtos à cooperativa nem eram seus cooperados, de acordo com o MPF.

O documento diz que a investigação comprovou a for-

mação de cartel entre os dirigentes da Coaf e da Coagrosol, que "forjaram falsa concorrência nas chamadas públicas, o que garantiu o superfaturamento dos preços de aquisição dos produtos".

Os procuradores indicaram que verbas recebidas pelos dirigentes da Coaf eram depositadas na conta da cooperativa em uma agência do Bradesco em Bebedouro (SP) e que funcionários do local lavavam o dinheiro.

A Prefeitura de Campinas informou, em nota, que está à disposição para colaborar com a Justiça.

O ex-prefeito Pedro Serafim, em nota, afirmou que a única atividade administrativa realizada em sua gestão foi a abertura de licitação. Segundo ele, o governo federal liberou no fim de 2012 verba para ser usada na compra de produtos da agricultura familiar para a merenda.

"O secretário de Educação providenciou a abertura de processo [...] pois, caso contrário, o município teria que devolver esses recursos ao governo federal", disse.

A assessoria de imprensa do Bradesco informou que o banco não vai comentar o assunto. A Coagrosol afirmou que não teve acesso à denúncia e só se manifestará após saber seu conteúdo.

27 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Redução de pena de Carli Filho será julgada na quinta

Defesa do ex-deputado quer diminuir condenação para sete anos

Nesta quinta-feira (29), os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná vão julgar a apelação da sentença que estabeleceu pena de prisão de nove anos e quatro meses por homicídio com dolo eventual ao ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho. A condenação por júri popular foi sentenciada em fevereiro.

Carli Filho foi responsabilizado pelas mortes de Carlos Murilo de Almeida e Gilmar Rafael Yared em uma colisão de trânsito em 2009. O ex-deputado estava bêbado e em alta velocidade. A apelação que será julgada questiona se o julgamento foi justo, obedecendo às regras do Direito, e se o cálculo da pena

foi adequado. O promotor Paulo Sergio Marcoviz de Lima explicou que enquanto o recurso do Ministério Público pediu para aumentar para 14 anos de prisão, a defesa pediu redução para sete anos.

Caso a pena caia para menos de 8 anos de prisão, Carli Filho teria direito ao regime semiaberto, que significa passar o dia em liberdade e dormir em uma unidade prisional. Contudo, no Brasil, devido ao baixo número de vagas disponíveis no semiaberto, há preferência para destinar esses espaços para quem ganha o direito à progressão de pena – ou seja, quem está em penitenciária e vai para o semiaberto. ■

Mais 11 são condenados na Operação Carne Fraca

A Justiça Federal condenou ontem 11 pessoas em uma nova sentença da Operação Carne Fraca – que apura irregularidades no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Paraná (SFA/PR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os réus foram condenados por crimes como organização criminosa, corrupção passiva e prevaricação, corrupção administrativa, corrupção ativa e concussão. Atualmente, nenhum dos condenados está preso.



Ex-superintendente Daniel Gonçalves Filho é um dos condenados

Os condenados são Daniel Gonçalves Filho, delator e ex-superintendente do Mapa no Paraná; Jua-

rez José Santana, chefe da Unidade Técnica do Mapa em Londrina; Gêrsio Luiz Bonesi, ex-auditor do

Mapa; Sidiomar de Sampaio, ex-agente administrativo do Mapa; João Roberto Welter, sócio de uma empresa de alimentos; Luiz Alberto Patzer, agente de inspeção do Mapa; Luiz Carlos Zanon Junior, ex-auditor fiscal; Marcos Cesar Artacho, proprietário de empresa de Arapongas; Roberto Brasileiro da Silva, ex-assessor parlamentar; Roberto Pelle, gerente comercial de frigorífico; e Vicente Cláudio Damião Lara, sócio de empresa de medicamentos de Arapongas. ■

27 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Temer sanciona reajuste de ministros do Supremo

Salários saltam de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil



O presidente Michel Temer sancionou ontem o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da procuradora-geral da República. O aumento foi garantido após a Suprema Corte cumprir acordo com Temer condicionando o aumento do salário à revogação do auxílio-moradia a juízes de todo o país.

Aprovados no início do mês

pelo Senado, os dois projetos de lei sancionados hoje alteraram o subsídio dos 11 integrantes do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil. A medida provoca um efeito cascata sobre os funcionários do Judiciário, abrindo caminho também para um possível aumento dos vencimentos dos parlamentares e do presidente da República.

Devido ao impacto do reajuste, o Palácio do Planalto previa que a sanção integral das leis só seria garantida se houvesse o fim do auxílio-moradia. Na decisão de ontem em que revoga liminar relativa ao pagamento, o ministro do STF Luiz Fux mencionou a recomposição das perdas inflacionárias dos integrantes do tribunal em 16,38%, percentual previsto no projeto de lei. ■

Aumento fora de hora

O presidente Temer sancionou ontem o reajuste para os ministros do Supremo Tribunal Federal. Cada um vai receber a mais por mês R\$ 5 mil. Apenas este aumento deixaria muito trabalhador feliz no Brasil. Em tempos de crise (que parece que não vai acabar tão cedo), já somos mais de 23 mi-

lhões de desempregados (ou subocupados), que sonham até mesmo com um salário mínimo para passar o mês.

Parte dos próprios ministros admite que o aumento foi fora de hora e acaba sendo uma afronta à população brasileira. No momento em que os eleitores brasileiros realizam um

grande protesto nas urnas, elegendo figuras diferentes das que estávamos acostumados a ver no poder, o recado que parece ser dado é de que nada mudou.

A esperança dos brasileiros é que o novo governo e os novos políticos mudem as velhas práticas que levaram o país a atual situação. ■

27 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Contrapartida.

Decisões resultaram de acordo, fechado em agosto, entre relator, Dias Toffoli, e o presidente, para que o aumento fosse compensado pelo fim do benefício

Temer sanciona reajuste do STF; Fux revoga auxílio

Em meio aos esforços para conter os gastos públicos e fazer o ajuste fiscal, o presidente Michel Temer sancionou ontem reajuste salarial de 16,38% para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo dia, o ministro Luiz Fux, da Corte, revogou o pagamento do auxílio-moradia para juízes, integrantes do Ministério Público, defensorias públicas e tribunais de contas. Com o aumento, o salário no STF passará de R\$ 33 mil para R\$ 39,2 mil. Como o valor é considerado o teto do funcionalismo público, haverá efeito cascata que pode ter impacto de R\$ 4,1 bilhões nas contas da União e de Estados, segundo cálculos de técnicos da Câmara e do Senado.

O aumento foi aprovado pelo Senado no último dia 7 de novembro, e o presidente tinha até amanhã para sancionar ou vetar a proposta. Em agosto, os ministros Dias Toffoli, atual presidente do STF, e Fux tinham feito um acordo com Temer para que fosse concedido o reajuste. Em troca, o Supremo faria uma revisão do auxílio-moradia, de cerca de R\$ 4,3 mil mensais.

Em mais de uma ocasião, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, se manifestou contra a sanção do projeto. Em entrevista no início deste mês, Bolsonaro disse que “complica, quando fala em fazer reforma da Previdência, tirar dos mais pobres e acei-

● **Isonômico**
“(…) A inviabilidade orçamentária verificada no atual contexto impõe que seja conferido tratamento isonômico a todos os atingidos, visando a impedir o pagamento da parcela referente ao auxílio-moradia.”

Luiz Fux
MINISTRO DO SUPREMO

tar um reajuste como esse” e defendeu que Temer vetasse a proposta. O último reajuste do salário dos ministros do STF, de 14,6%, havia sido concedido em janeiro de 2015 pela presidente petista Dilma Rousseff.

Mesmo com o aumento salarial, a decisão de Fux foi criticada por entidades do Judiciário e do Ministério Público, que defendem a manutenção do auxílio-moradia. Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, ela “se baseia em uma premissa fática incorreta”. Robalinho afirmou que Fux, em sua decisão, sustenta que o auxílio-moradia é legal, mas que não pode ser pago por questões econômicas e financeiras. “Ele participou das reuniões e sabe que nós cortamos o orçamento no mesmo valor suficiente para entrar o reajuste, ou seja, não precisava cortar o auxílio-moradia.”

Condição. Ao derrubar o pagamento do benefício cassando limitações concedidas por ele mesmo em 2014, Fux condicionou o fim do auxílio ao pagamento do reajuste no contrato dos magistrados. Apon-tado como causa do impasse pelo Planalto, o cenário fiscal foi citado por Fux como motivação para suspender o auxílio. Na decisão, o ministro reafirma a legalidade do benefício, previsto na Lei Orgânica da Magistratura (Loman), mas ressalva que há um novo contexto com “amazônica repercussão”.

“Nesses termos, a inviabilidade orçamentária verificada no atual contexto impõe que seja conferido tratamento isonômico a todos os atingidos, visando a impedir o pagamento da parcela referente ao auxílio-moradia a todos os agentes, sem exceções”, escreveu ele.

A decisão do ministro suspende resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que haviam estendido o pagamento a todo o Brasil. Fux remete o tema para os dois conselhos, para que possam fazer a regulamentação de acordo com sua decisão.

O Supremo defende que o reajuste não vai aumentar os gastos do Judiciário porque está previsto no orçamento de 2019 e que pode ter remanejamento, se necessário. Não está incluído, porém, o efeito cascata que pode ter em outras esferas de Poder.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 NOV 2018

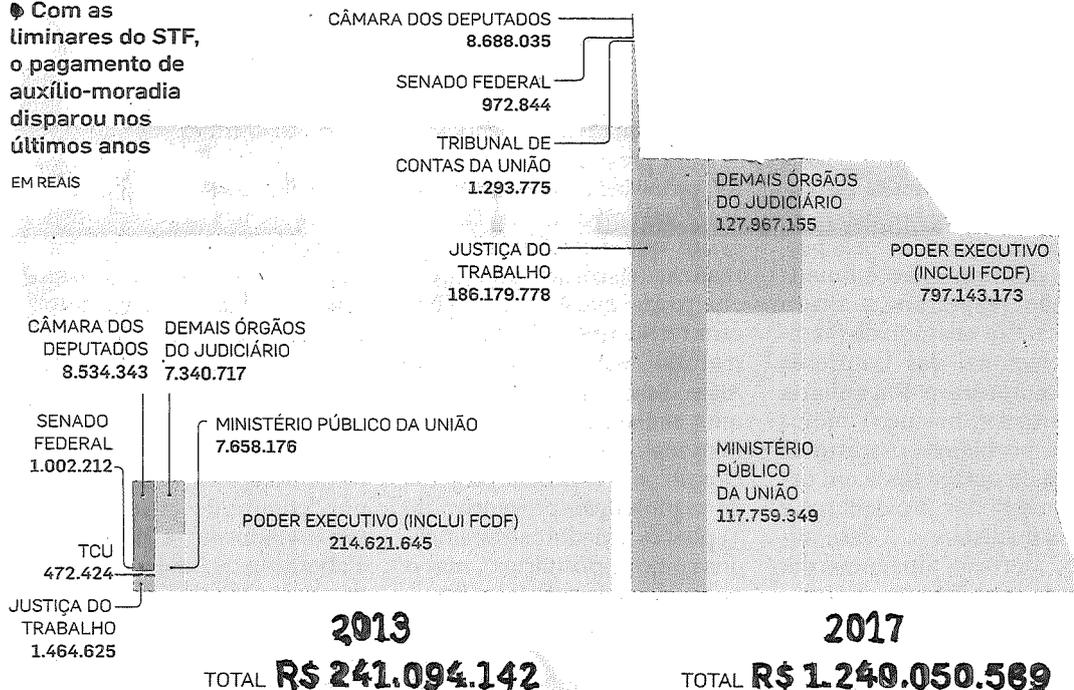
Câmara. Está marcada para hoje votação na Câmara de projeto que pretende pôr fim aos chamados “penduricalhos” nos salários de servidores públicos. O texto do relator, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), cita o pagamento de auxílio-moradia a políticos e autoridades, além de tornar sujeitos ao “abate-teto” verbas como honorários de sucumbência e salários extras de ministros que fazem parte de conselhos de empresas públicas.

O projeto quer regulamentar as regras para o pagamento de verbas e gratificações acima do teto constitucional, que agora passará a R\$ 39,2 mil. Com o fim da eleição, os integrantes da comissão viram uma “janela” para a apreciação do projeto, parado desde agosto. / **JULIA LINDNER, MARIANNA HAUBERT, AMANDA PUPO, TEO CURY e IDIANA TOMAZELLI**

AUXÍLIO TURBINADO

Com as liminares do STF, o pagamento de auxílio-moradia disparou nos últimos anos

EM REAIS



O ESTADO DE S. PAULO

MP debate acordo penal como evolução da delação premiada

27 NOV 2018

Evento organizado pelo Movimento do Ministério Público Democrático também discute direitos humanos e sustentabilidade

Adriana Ferraz
Gilberto Amendola

O instrumento da delação premiada foi um dos temas debatidos ontem durante o 6.º Congresso Nacional Ministério Público e Sociedade. O evento, que prossegue até hoje, é organizado pelo Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), entidade integrada por promotores e procuradores do País. Outras questões abordadas no primeiro dia foram sustentabilidade, direitos humanos e representatividade política.

No primeiro painel do evento, o procurador da República Anselmo Cordeiro Lopes defendeu o instrumento da delação ao dizer que o Estado deve buscar inibir condutas que coloquem em risco os direitos humanos fundamentais, entre eles o acesso a serviços públicos de saúde e educação, muitas vezes limitados à população por causa de casos de corrupção.

Segundo Lopes, o estímulo a atitudes de cooperação pelo Estado facilita, em muitos casos, a identificação, a reparação e a responsabilização de ilícitos. “Acredito que esse é um caminho sem volta”, disse ele.

• Colaboração

“O modelo privilegia quem lidera uma organização criminosa. É o que percebemos na Lava Jato.”

Fábio Tofic Simantob

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Para Fábio Tofic Simantob, presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o modelo de colaboração premiada criou algumas distorções, pois limitou a possibilidade de utilização a crimes praticados por integrantes de uma organização criminosa. “O sujeito que comete um crime sozinho fica de fora. O modelo privilegia especialmente quem lidera uma organização criminosa. É o que percebemos na operação Lava Jato.”

Convidado especial do painel, o promotor de Justiça de São Paulo Alexandre Almeida de Moraes falou sobre a resistência enfrentada contra as recentes punições do crime chamado de “colarinho branco”. E concordou que é “inevitável caminhar para a política do acordo penal”. Nos Estados Unidos, segundo Simantob, 97% dos presos fazem acordos.

Sustentabilidade. Durante a tarde, especialistas se reuniram no painel Sustentabilidade x Desenvolvimento Econômico para discutir a aplicação do novo Código Florestal, aprovado há cinco anos. Representante da SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro disse lamentar que o texto aprovado tenha sido “judicializado”, porque o resultado obtido pelo Congresso só contemplou um setor, o ruralista. “O código não é florestal, é agrário, rural.”

O último painel do dia foi sobre a crise da representatividade da política, voto facultativo, recall de mandatos eletivos e candidaturas avulsas. O promotor de Justiça Paulo Penteado defendeu a possibilidade de candidaturas avulsas concorrerem nas eleições e considerou que, no Brasil, o voto já é facultativo devido às sanções de baixo impacto para aqueles que não comparecem às urnas.

Juíza torna réus Jefferson e ex-ministro

Breno Pires / BRASÍLIA

A juíza federal substituta Pollyana Kelly Maciel, da 12.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, aceitou denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República e colocou no banco dos réus o presidente do PTB, Roberto Jefferson, o ex-ministro do Trabalho Helton Yomura e mais 18 servidores e ex-servidores da pasta. O grupo é acusado de participar de organização criminosa que atuava em negociações ilícitas de registros sindicais, alvo da Operação Registro Espúrio.

De acordo com a Procuradoria-Geral da República, as negociações consistiam na cobrança de vantagens indevidas – como o pagamento a servidores públicos, apoio, financiamento e votos aos partidos/agentes políticos – em troca da concessão fraudulenta de registro sindical. Em seu despacho, a magistrada afirmou que a denúncia descreve “de modo claro e objetivo” os fatos imputados aos acusados.

Além de Jefferson e Yomura, são acusados servidores e ex-servidores que, de acordo com a Procuradoria-Geral da República, eram os responsáveis pela condução direta dos processos com pedidos de registros sindicais, escrevendo pareceres ilícitos para favorecer as entidades indicadas pelos acusados. Procurados ontem para falar sobre a decisão da Justiça, os investigados não responderam até a conclusão desta edição.

METRO 27 NOV 2018

Reajuste do STF é sancionado

Acordo. Ministros passam a ganhar R\$ 39,2 mil em 2019 e, em troca, Judiciário cancela auxílio-moradia pago a todos os magistrados

A partir de 1º de janeiro, os 11 ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e o procurador-geral da República terão os salários reajustados com impacto de até R\$ 6 bilhões aos cofres públicos: O valor sobe de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil por mês. O aumento foi sancionado ontem pelo presidente Michel Temer.

O valor representa o novo teto do funcionalismo público e provocará um “efeito cascata”, ou seja, permitirá que outras categorias dos poderes Executivo e Judiciário tenham automaticamente o reajuste. O STF justifica que o aumento é uma compensação da defasagem salarial. O último aumento dado aos ministros foi em 2015, durante o governo Dilma Rousseff.

Fim da regalia

Na tentativa de minimizar o peso do aumento no STF nas contas públicas, o ministro Luiz Fux cancelará o pagamento do auxílio-moradia, que é pago mensalmente a todos os os juízes, promotores e

procuradores do país, mesmo aqueles que têm imóvel próprio na cidade em que trabalha. O benefício é depositado à toda magistratura desde 2014. “O impacto orçamentário não pode ser desprezado e merece uma análise detida”, reforçou o ministro na decisão que só será cumprida após o aumento for confirmado nos contracheques.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) irão regulamentar o pagamento do benefício.

Calculadora na mão

O reajuste provoca preocupação ao novo governo. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, já sinalizou que o impacto nas contas públicas terá que ser compensado. “Não é o momento de aumento de despesas”, alertou no início do mês quando a proposta foi aprovada pelo Senado.



MARCELO FREITAS
METRO BRASÍLIA

Linha do tempo

Acompanhe:

- ♦ **Setembro de 2014.** Liminar do ministro Luiz Fux concede o benefício a alguns magistrados.
- ♦ **Dezembro de 2017.** STF estende o pagamento a todos os juízes.
- ♦ **Março de 2018.** Fux retira o tema da pauta de julgamento e cria Câmara de Conciliação na AGU.
- ♦ **Junho de 2018.** AGU e magistrados não chegam a um acordo e negociação é encerrada.
- ♦ **Novembro de 2018.** Senado aprova o reajuste de 16,38% a contragosto do presidente eleito, Jair Bolsonaro.
- ♦ **Novembro de 2018.** Temer negocia sanção em troca do fim do auxílio-moradia.

CONTINUA

27 NOV 2018

METRO

CONTINUAÇÃO

CONTA ALTA

Veja os impactos do reajuste aos ministros do STF para os cofres públicos:

16,38%
é o índice de reajuste nos salários

R\$ 33.763
é o salário atual dos ministros do STF

R\$ 39.293
é o valor do novo salário a partir de 1º de janeiro

R\$ 5,3 bilhões
é a estimativa de custo do reajuste, levando em conta o "efeito cascata"

R\$ 1,7 bilhão
para a União

R\$ 3,6 bilhões
para estados e municípios

R\$ 243,1 milhões
é o impacto no orçamento anual do aumento apenas para o Poder Executivo

R\$ 717 milhões
é o impacto no orçamento do Poder Judiciário

30 mil
têm direito ao benefício: 17 mil juizes e 13 mil promotores e procuradores

R\$ 4.377,73
Valor da regalia por mês

R\$ 139 milhões
Impacto nas contas públicas por mês

R\$ 5,5 bilhões
é o valor gasto com o benefício desde que a liminar foi concedida desde setembro de 2014

AUXÍLIO-MORADIA

FONTES: CONSULTORIA DO CONGRESSO E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

27 NOV 2018

METRO

Caso Daniel. Cristiana é denunciada por homicídio

O promotor de Justiça João Milton Salles, responsável pelo caso da morte do jogador Daniel Corrêa Freita, decidiu denunciar Cristiana Rodrigues Brittes, de 35 anos, por homicídio. Ela tinha sido indiciada por fraude processual e coação de testemunhas, mas Salles entendeu que ela teve participação na morte.

Em entrevista ao programa "Fantástico" do último domingo, Salles sugeriu que alguma "conduta anterior" da suspeita levou Daniel a se deitar na cama em que ela dormia. "Ela determinou que o Daniel fosse retirado da casa e que ele terminassem os atos de execução fora", disse.

Em nota, o advogado de Cristiana, Cláudio Dalledone Júnior, manifestou "espanto e repúdio" pelas declarações. "É estarrecedor o argumento

de que seria ela a causadora dos crimes de importunação sexual e tentativa de estupro dos quais foi vítima, enquanto dormia em seu quarto", afirmou a nota. "A defesa tem convicção que mulher alguma pode ser responsável por ser vítima da própria violência sexual sofrida".

Além de Cristiana, responderão por homicídio o marido dela, Edison Brittes Júnior, de 38 anos; Eduardo da Silva, 19; David Willian Villero da Silva, 20; e Ygor King, 20. Eduardo Purkote, 18, foi indiciado por lesões graves, e Allana Brittes, 18, por coação e fraude processual. Purkote foi solto ontem, por decisão judicial. Daniel foi morto no dia 27 de outubro, depois do aniversário de Allana. Ele foi espancado e teve o pênis decepado.

© METRO CURITIBA

11 são condenados na Carne Fraca

O juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, condenou ontem 11 pessoas em uma nova sentença derivada da operação Carne Fraca, que investigou o pagamento de propina, por parte de frigoríficos, para servidores do Ministério da Saúde. Outras 11 pessoas foram absolvidas das denúncias.

A maior pena, de 32 anos de prisão, foi imposta a Juares José Santana, que era chefe da Unidade Técnica Regional do Ministério da Agricultura em Londrina, pelos crimes de corrupção passiva, advocacia administrativa e organização criminosa. Da-

niel Gonçalves Filho, ex-superintendente do ministério no Paraná, foi condenado a 7 meses e 15 dias de detenção, pelo crime de prevaricação.

As outras penas variam de 7 meses a 17 anos de prisão, por crimes como concussão, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e advocacia administrativa.

Foi a terceira sentença derivada da operação Carne Fraca. Em fevereiro, o fiscal agropecuário Francisco Carlos de Assis foi condenado à prisão e à perda do cargo público. Em julho, três pessoas foram condenadas, entre elas outro ex-superintendente regional do Minis-

tério da Agricultura no Paraná, Gil Bueno Magalhães. Em setembro, mais seis foram sentenciados.

A Carne Fraca teve três fases deflagradas pela Polícia Federal. A primeira foi em março de 2017, em seis estados e o Distrito Federal. A PF investigou o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura em um esquema para liberação de licenças e fiscalização irregular em frigoríficos. Os agentes teriam recebido propina e outras vantagens. Ao todo, 21 réus foram condenados até agora e as penas, somadas, ultrapassam os 150 anos de prisão. © METRO CURITIBA